

# Boletim sobre o processo político em Moçambique



Número 35 – 1 de Outubro de 2007

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)  
Tradução de: Maria de Lourdes Torcato

O material pode ser reproduzido  
livremente, mencionando a fonte

**Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a Africa**

Prins Hendrikkade 48, 1012 AC Amsterdam  
Tel: +31 (20) 524 56 78 ; Fax: +31 (20) 622 01 30  
e-mail: awepa@aweпа.org

Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo  
Tel: +258 21 41 86 03, 21 41 86 08, 21 41 86 26

Fax: +258 21 41 86 04 e-mail: awepa@tvcabo.co.mz

Anteriormente chamado *Boletim sobre o processo de paz em Moçambique* (<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique>)

## CNE mostra-se flexível saltando lacunas na lei

“Flexibilidade” e “pragmatismo” tem sido a resposta da Comissão Nacional de Eleições na batalha por cumprir prazos impossíveis.

As eleições provinciais foram adiadas para 16 de Janeiro, no pico da estação das chuvas, mas que era praticamente o último dia possível sem ferir a Constituição. O início do recenseamento foi atrasado de 22 de Agosto até 24 de Setembro, mas mesmo assim não foi possível importar o equipamento necessário a tempo.

Possivelmente o maior desafio legal tenha sido determinar o número de candidatos que devem estar na lista dos partidos. Para as eleições provinciais, cada distrito terá os seus próprios representantes. Mas a impossibilidade maior é que as listas de candidatos devem ser apresentadas 90 dias antes das eleições (18 Outubro), mas o número de assentos na assembleia deve basear-se num recenseamento que ainda está a decorrer. A Comissão Nacional de Eleições, CNE, propõe-se anunciar um número provisório de assentos para cada distrito, baseado nas projecções do recenseamento nacional feito em Agosto, e depois corrigir estes números para reflectirem o número de pessoas que de facto se registaram.

Outro problema emergiu em Junho quando restava muito pouco tempo à Frelimo e Renamo para nomearem os seus membros para as comissões eleitorais de província e distrito. Foi tempo insuficiente para obter o certificado do registo criminal e mesmo as cópias autenticadas de outros documentos nas áreas mais remotas. Assim a CNE reuniu com os dois partidos e concordou em que inicialmente só seriam apresentados os nomes, e os documentos podiam ser apresentados posteriormente.

Mas faz surgir a preocupação de que a flexibilidade em prazos pode estabelecer um precedente importante. A queixa da Renamo contra as eleições de 2004 foi rejeitada porque tinha um atraso de um dia; assim, por causa da sua flexibilidade, pode ser difícil a esta CNE mostrar-se inflexível em matéria de prazos.

Outra forma de flexibilidade causou estranheza. A lei que criou a CNE (art 20) diz que os membros da CNE trabalham “em regime de exclusividade” para a CNE. O semanário *O País* noticiou que o Presidente da CNE João Leopoldo da Costa continua no seu posto de reitor do ISCTM (Instituto Superior de Ciência e Tecnologias de Moçambique),

**Chegada tardia de computadores  
atrasa início de recenseamento**

Ver pag. 2

**Os doadores avisam sobre corrupção**

Ver pag. 4

**Acordo sobre segundo financiamento  
aos distritos**

Ver pag. 6

e outros membros da CNE também se mantiveram nos seus empregos.

Os membros da CNE defendem-se de duas maneiras. Primeiro, argumentam que “exclusividade” significa apenas que não deve haver conflito de interesses e que o Dr Leopoldo pode continuar como reitor universitário desde que dê uma semana normal de trabalho à CNE. O outro argumento é que muitos membros da comissão de eleições estão em lugares chave da sociedade civil e deixar subitamente esses lugares podia prejudicar seriamente as organizações.

Mas o contra-argumento é que, ao redigir a lei, a Assembleia da República queria que os membros da CNE estivessem a tempo inteiro e mais algum extra, a preparar e administrar eleições. Alguns reclamam que apesar da urgência do processo eleitoral, esta continua a ser uma CNE em tempo parcial e as questões chave ainda nem mesmo foram discutidas. Em suma, a interpretação flexível de “exclusividade” está a causar algum descontentamento.

A necessidade de forçar a lei ocorre porque a Constituição exigia que as assembleias provinciais estivessem eleitas em Janeiro de 2008. Os atrasos do governo e da Assembleia da República deixaram pouco tempo. Houve uma vaga de opinião de que

as eleições deviam ser adiadas e levadas a cabo ao mesmo tempo que a eleições municipais em finais de 2008, o que pouparia dinheiro, dava mais tempo de preparação e não coincidia com as chuvas.

Mas o Presidente Armando Guebuza foi claro ao dizer à CNE que queria que as eleições se realizassem como exige a Constituição. A Frelimo não queria ir ao Parlamento negociar com a Renamo uma emenda à Constituição. E a Frelimo sente que com uma Renamo fraca, vai ganhar com maiorias esmagadoras na maioria das províncias.

Por seu lado o presidente da Renamo Afonso Dhlakama é peremptório quando afirma que as eleições devem ir para a frente em Janeiro. Espera ganhar em Sofala e ter pelo menos uma posição forte e quebrar a hegemonia da Frelimo em três outras províncias – Zambézia, Nampula e Manica. Também receia que se as eleições forem adiadas, podiam ser mudadas para coincidirem com as eleições nacionais em 2009 em vez de terem lugar nos finais do próximo ano.

Ambos os partidos vêem as eleições como uma via importante para mobilizar os seus apoiantes e acumular tendo em vista as eleições locais e nacionais.

Assim, a CNE nunca chegou a considerar o adiamento das eleições.

## **Chegada tardia de computadores atrasa início de recenseamento**

Apesar do início do recenseamento ter um atraso de um mês, ainda não foi possível organizar equipamento a tempo. Quando a 24 de Setembro começou o recenseamento com a duração de dois meses, só 400 das 3242 brigadas de recenseamento tinham o novo equipamento de computador. O atraso significou também que o treino dos brigadistas não foi o adequado e o equipamento não tinha sido testado. Houve muitos problemas com os computadores nos primeiros dias. O porta-voz nacional da Renamo, Fernando Mazanga, a 26 de Setembro apelou para que seja abandonado o recenseamento digital.

Para evitar os problemas dos recenseamentos anteriores, toda a gente deve registar-se duas vezes – uma por computador, outra como no caderno de recenseamento tradicional, isto é, à mão. Espera-se poder providenciar cadernos de recenseamento impressos para as assembleias de voto em Janeiro, mas se isto não for possível, podem usar-se os cadernos manuscritos no dia do voto.

A lista completa de mais de 5000 locais de recenseamento foi publicada no *Notícias* de 15 de Setembro, e é a primeira vez que tal lista é publicada. Alguns destes locais terão brigadas de recenseamento durante os dois meses, mas quase 40% das brigadas são móveis e servirão mais do que um posto de recenseamento.

A brigada de recenseamento é composta por quatro pessoas. Quando os eleitores chegam para o recenseamento, um entrevistador preenche um único formulário, que é depois usado tanto para o recenseamento computerizado como para o

manuscrito. O digitador que introduz os dados copia depois a informação para o computador e tira uma impressão digital e uma foto. O computador dá um número de registo, junta a foto e a impressão digital aos dados e imprime o cartão de eleitor. Ter impressões digitais de todos os votantes permite o controlo contra registos múltiplos.

O formulário é passado ao terceiro membro do grupo, o emissor, que escreve no formulário o número dado pelo computador ao eleitor e regista o eleitor à mão no caderno de recenseamento. O supervisor controla este processo e sela o cartão de eleitor em plástico.

Quando isto funciona eficientemente, o sistema é claro e eficaz. Se o sistema de computador falha, o Manual do Recenseamento Eleitoral dá instruções sobre como determinar um número de eleitor e emitir um cartão.

O Manual diz também que os observadores nacionais e internacionais e fiscais de partidos

políticos podem estar presentes nos postos de recenseamento. Nada é dito sobre a imprensa. A CNE aparentemente aprovou regulamentos para observadores e partidos mas não os publicou.

O recenseamento continua até 22 de Novembro. Os números serão um importante teste à credibilidade da CNE e às preparações feitas a correr. A CNE estima que há 10,5 milhões de adultos em idade de votar (mais de 18 anos no dia 16 de Janeiro de 2008). Os observadores do processo dizem que para ele ser credível, pelo menos 60% destas pessoas devem recensear-se.

## Computador numa maleta

O computador do recenseamento encaixa-se perfeitamente numa maleta. Quando esta está aberta, há um teclado e uma impressora na parte de baixo maior, e um minúsculo ecrã na parte superior, ou tampa, aberta. Quando a maleta está aberta, há uma câmara fotográfica e um leitor de impressões digitais montados no topo da dessa tampa.

O sistema de computadorizado baseia-se num outro fornecido pela mesma companhia sul-africana para o recenseamento na República Democrática do Congo. Ao todo foram encomendados 4000, de modo a ter 20% a mais, de reserva. É sabido que a poeira será um problema, em particular para o computador e a impressora e foram por isso montados 3 centros de manutenção. Se um computador falha, é fornecido um conjunto de apoio e a parte danificada enviada para a manutenção.

A bateria do computador dura oito horas e as equipas de recenseamento deviam em princípio ter baterias de reserva (ainda não entregues). As equipas fora das cidades têm pequenos geradores para carregar as baterias de computador.

Os dados são codificados e o número de eleitor inclui códigos para data e província de nascimento. Cada computador tem um disco de memória para duplicar os dados. Todas as semanas os dados são descarregados para uma caneta “flash” e

mandados para a sede provincial onde serão processados. O computador de recenseamento tem um programa simples para evitar registos múltiplos e a nível provincial são feitas ainda mais verificações. Os cadernos de recenseamento serão impressos a nível provincial e será criada uma base de dados nacional.

Os cadernos de recenseamento têm para cima de 1000 nomes. Cada assembleia de voto devia ter um único caderno eleitoral que em princípio e sempre que possível, devia estar no mesmo local do recenseamento.

A enorme corrida para a eleição de Janeiro significa que a CNE corre para acompanhar. Foi noticiado que nem mesmo se considerou a questão do programa de tabulação e contagem para os distritos, que fazem a maior parte das apuramentos principais. O programa de contagem foi um problema nas eleições passadas e em 2004 não estava pronto a tempo e depois do dia do voto ainda estava a ser corrigido. Será que isto volta a acontecer?

## Menos brigadas nas províncias da Renamo?

Uma análise inicial da lista dos locais de recenseamento sugere que há menos locais de postos de recenseamento nas duas províncias onde a Renamo tem mais influência, Sofala e Zambézia. Estas duas províncias têm 3000 eleitores potenciais por posto de recenseamento, comparado com menos de 2000 em outras províncias. Inhambane, que tem o mesmo tamanho de Sofala e tem menos eleitores potenciais, tem quase duas vezes o número de postos de recenseamento que tem Sofala. Zambézia, que é maior que Tete e tem o dobro do número de eleitores potenciais, tem menos postos de recenseamento que Tete.

Na altura das eleições de 2004 houve protestos na Zambézia tendo como base que as pessoas nas zonas da Renamo não tinham sido recenseadas.

## Comentário

### Profissionalismo dos media exige informação da CNE

Os media devem mostrar mais “profissionalismo” e “seriedade” na cobertura do processo eleitoral, de acordo com fontes próximas à CNE. Nas eleições passadas, era difícil ser, quer profissional, quer sério, porque as anteriores CNEs davam pouca informação; de facto a sua falta de transparência foi criticada pelo Conselho Constitucional.

Profissionalismo e seriedade para nós significa verificar, tanto quando possível, cada coisa contra os documentos oficiais. É claro que nós, no *Boletim* conservamos cópias da lei eleitoral à mão e muitas vezes é necessário verificar para ver precisamente o que diz a lei. Seria muito não-profissional aceitar aquilo que um membro da CNE diz, porque mesmo membros da CNE cometem erros.

Do mesmo modo, no *Boletim* preferimos sempre ter à mão os vários manuais, regulamentos e instruções eleitorais. A lei e os procedimentos eleitorais são complexos e em todas as eleições anteriores tem havido desentendimentos sobre o que dizem de facto os manuais e se o procedimento está a ser correctamente seguido.

E há o problema dos boatos. Em eleições anteriores, as instruções emitidas pelo STAE e a CNE para as brigadas de recenseamento e pessoal das assembleias de voto eram sempre secretas. Um ou outro partido davam-nos muitas vezes cópias de instruções, ou contavam à imprensa o que eles afirmavam estar contido nas instruções do STAE. Porque as instruções eram secretas, não era possível verificar. Apareciam informações distorcidas na imprensa porque a CNE tornava impossível aos jornalistas serem profissionais.

Informalmente, têm-nos dito que a nova CNE está a tentar corrigir os erros das anteriores CNEs e a procurar ser mais transparente. Mas também sabemos que a tendência tradicional para o secretismo é muito forte. Só este exemplo mostra o problema. Em Junho a CNE reuniu com a Frelimo e a Renamo e chegou a um acordo muito sensato permitindo que a documentação de apoio para as nomeações do CPE e CDE fossem apresentadas depois do prazo e foi assinado um acordo pela CNE e os partidos. Mas o que diz o acordo – era só por um período curto de tempo ou também permite um calendário mais flexível no futuro? Mais próximo das eleições, um partido vai certamente dizer à imprensa que o acordo continha mais do que realmente contem. Pedimos para ver o acordo, mas disseram-nos que era secreto. Como podemos nós responder séria e profissionalmente, verificar boatos e afirmações, se não podemos obter documentos básicos?

### Mais uma vez

## Os doadores avisam sobre corrupção mas aumentam o apoio orçamental

Os doadores do apoio orçamental mais uma vez aumentaram a ajuda, mais uma vez elogiaram os sucessos macroeconómicos do governo e mais uma vez ameaçaram cortes se o governo continuar a não actuar sobre a corrupção. O que desagrada aos doadores é o que aparenta ser uma total passividade, ou até resistência passiva, sobre corrupção e o sector da justiça em geral.

O memorando conjunto do governo e doadores do apoio orçamental, do G19 (PAP, Parceiros de Apoio Programático), sobre a revisão semestral, foi acordado e distribuído a 21 de Setembro.

No documento, governo e doadores confirmam que nenhum caso de corrupção foi levado a julgamento em 2006 e 2007 até esta data. O governo apresentou o seu relatório sobre governação tão tarde que, apenas quatro dias antes da reunião final, e doadores e governo tiveram de fazer uma reunião especial para o apreciar. Mesmo assim, o relatório do governo deixava de fora dados básicos essenciais. A última apresentação do relatório inicial significou que não houve nenhuma discussão sobre governação entre grupos de trabalho do governo e dos doadores. O memorando nota que os doadores sentem que o diálogo sobre governação “continua sistematicamente incipiente”.

Afirma-se também que nenhuma imprensa alguma vez pediu para ver este acordo, o que pode ser verdade. Pedimos agora formalmente para ver o acordo e outros documentos da CNE e STAE.

O Conselho Constitucional avisou que secretismo cria uma atmosfera de desconfiança, e está de novo a acontecer. O Juiz Conselheiro do Conselho Constitucional Teodato Hunguana escreveu no ano passado que “a CNE terá de orientar-se pelo princípio da abertura mais irrestrita”.

Claramente alguns assuntos, relacionados por exemplo com pessoal e concursos, precisam de manter-se confidenciais. Mas não há nenhuma razão para que actas das reuniões da CNE, todas as decisões, orientações, manuais e a maior parte dos relatórios de antecedentes, devam ser secretos.

Não há dúvida que a CNE gostaria de acreditar que tem a confiança das pessoas e pode agir em segredo, em nome do povo. Mas depois das severas críticas às anteriores CNEs, esta nova CNE precisa de conquistar essa confiança, o que só pode ser feito com abertura.

O palavra de ordem da CNE é “Por Eleições Livres, Justas e Transparentes”. A imprensa e a CNE precisam de trabalhar juntas para promover e encorajar confiança e participação no processo eleitoral. Até agora, não vimos a “transparência” e “abertura irrestrita” do lado da CNE, necessária para que nós trabalhemos com “profissionalismo e seriedade”. jh

Falando pelo governo, o Ministro do Plano e Desenvolvimento Ajuba Cuereneia admitiu que a discussão sobre governação com os doadores foi “franca e aberta”, a frase diplomática habitual para exaltada e confrontadora. Admitiu a necessidade de “melhorar o diálogo” e de “prestar maior atenção” à governação. Mas numa conferência de imprensa defendeu o governo dizendo que tem havido “progresso” na justiça e na luta contra a corrupção.

Os doadores não concordam. Falando em nome do G19, o embaixador da Noruega Thorbjorn Gaustadsaether, salientou a necessidade de investigar e actuar judicialmente contra casos de corrupção. Veio depois a ameaça: “Observamos que noutros países o nível de apoio orçamental foi reduzido na sequência da falta de um seguimento consistente dos casos de corrupção e da fraca governação.

Em privado, alguns doadores chave dizem que a

credibilidade do governo depende de ele levar a tribunal um caso importante de corrupção ou roubo. (Tecnicamente em Moçambique, roubar dinheiro do governo é roubo e não corrupção, mas os doadores querem ver um funcionário superior levado a tribunal por roubar dinheiro do governo sob qualquer que seja a lei apropriada ao caso.)

Estas ameaças já foram feitas antes. O memorando diz que “o desempenho da economia em termos macroeconómicos no primeiro semestre de 2007 foi bom” e Gaustadsaether elogiou a gestão macroeconómica do governo. E, apesar das críticas anteriores ao governo sobre governação e corrupção, o G19 anunciou que o apoio orçamental em 2008 seria aumentado (em termos reais) em 10%; nove membros do G19 anunciaram significativos aumentos (ver tabela). Irá o governo mais uma vez julgar as ameaças como sendo vazias\_

## Apoio orçamental prometido pelos doadores em 2008

	US\$ milhões	% mudança relativamente a 2007
Reino Unido	79.7	+ 14%
Banco Mundial	70.0	
Com. Europeia	66.0	+ 8%
Suécia	50.0	+ 17%
BAD	30.1	
Noruega	26.4	+ 14%
Holanda	25.6	
Alemanha	17.8	+ 25%
Irlanda	14.2	+ 11%
Finlândia	9.9	+ 40%
Dinamarca	8.8	- 17%
Espanha	7.1	+ 67%
Canada	6.8	+ 50%
Suiça	6.3	
Itália	5.4	
Bélgica	4.3	
França	2.8	
Áustria	2.3	novo
Portugal	1.5	
<b>TOTAL</b>	<b>435.0</b>	<b>+ 10%</b>

(a mudança em percentagem está na própria moeda do doador)

## Cortes da Dinamarca

Apesar de alguns países doadores terem aumentado o seu apoio ao orçamento menos do que estava planeado, por causa de preocupações relacionadas com governação (*Ver Boletim 34*), a Dinamarca foi o único país que de facto reduziu o apoio ao orçamento. Isto reflecte preocupações crescentes sobre governação e ainda o facto de que o governo da Dinamarca já não é um forte apoiante do apoio ao orçamento em geral.

## Ganho inesperado na queda do US\$

Moçambique ganhou sem esperar com a rápida queda do valor do US Dólar. Só o Banco Mundial e (curiosamente) Portugal fizeram promessas de ajuda expressas em USDólar, a moeda na qual é contada a ajuda internacional e com que o FMI e Banco Mundial trabalham. O resto do apoio ao orçamento é em Euros ou outras moedas fortes. Assim, desde que as promessas foram feitas no início deste ano, o valor em US Dólar aumentou em 12% o que foi uma sorte grande para o orçamento de Moçambique. Isto é *em adição* aos 10% mostrados na tabela, que representa os aumentos reais nas moedas dos doadores.

Este ano o orçamento também foi bafejado pela sorte. O governo vai no próximo mês à AR pedir as revisões ao orçamento, reflectindo o aumento da receita fiscal e um substancial aumento no apoio orçamental causado pela desvalorização na taxa de câmbio do US dólar. Ironicamente, as mudanças na taxa de câmbio significam que o governo vai passar a ter dinheiro extra suficiente para pagar as eleições de Janeiro que os doadores recusaram financiar directamente.

## Encurtando metas para estradas e ajuda aos pobres

Os doadores também criticaram o governo no que se refere à protecção social, à saúde e às estradas. Dos 40 objectivos acordados para o governo, muitos foram alcançados. Mas o Embaixador Thorbjorn Gaustadsaether fez notar que o PARPA II tinha estabelecido “ambições realistas” e para sua “surpresa”, na revisão semestral o governo pediu para que fossem baixadas algumas dessas metas.

O mais dramático foi ter-se praticamente cortado em metade a meta das crianças, idosos e deficientes beneficiando de pequenas transferências em dinheiro conhecidas como “subsídio de alimentos” (ver caixa). A meta de 2008 foi cortada de 279 800 beneficiários para 152 763, porque o governo central cortou o orçamento do Ministério da Mulher e Acção Social.

### Transferências de dinheiro para 150,000 pessoas

O programa do governo para assistência social, principalmente pequenas transferências em dinheiro conhecidas como “subsídio de alimentos”, vai agora para cerca de 150 000 pessoas – 98 000 idosos, 25 000 crianças, 7 000 portadores de deficiência e doentes crónicos, 7 000 pessoas vivendo com HIV/SIDA e 4 000 mulheres chefes de família. Não serão acrescentadas mais pessoas ao programa para 2008, mas o número duplicará em 2009.

A meta para a proporção de raparigas completando o segundo grau da escola primária em 2008 foi cortada de 40% para 34%. A meta para estradas em boas condições em 2008, foi cortada de 77% para 70% porque a agência das estradas não está a conseguir gastar o seu orçamento.

Os ministérios da Saúde e Agricultura continuam incapazes de gastar o orçamento inteiro. A proporção de nascimentos em unidades de saúde continua a ser muito baixa e abaixo das metas,

enquanto a mortalidade materna está a subir. Depois de não ter sido capaz de gastar o seu orçamento de SIDA em 2006, o Ministério da Saúde cortou simplesmente o orçamento para 2007 em mais de 40%.

Os doadores continuam descontentes com a ausência de reforma salarial e aquilo que vêem como falta de clareza na atribuição dos fundos distritais especiais. As devoluções do IVA continuam a ser um problema sério.

## Descentralização

# Acordo sobre segundo financiamento aos distritos

Os distritos receberão 2 milhões e 35 mil Meticais (\$90 000) cada um, no próximo ano, para investimento público determinado localmente. Esta quantia vem somar-se aos 7 a 9,5 milhões (\$275 000 a \$370 000) para criação de empregos e produção alimentar, de acordo com o Cenário Fiscal de Médio Prazo 2008-2010 – CFMP.

Em 2006 cada distrito recebeu 7 milhões de Meticais para gastar da maneira que a administração local decidisse, com a aprovação dos CCD, conselhos consultivos distritais. Este ano a quantia foi aumentada em 13%, no geral, tendo alguns distritos recebido mais do que outros. Mas depois de uma série de rápidas mudanças nas regras, os gastos foram limitados a projectos de desenvolvimento económico envolvendo criação de empregos e produção de comida. Mas houve reclamações de que no primeiro ano o dinheiro tinha sido gasto em projectos que eram importantes localmente, como poços e pontes, que este ano estão excluídos. Assim no próximo ano cada distrito deve receber o mesmo que este ano para empregos e comida, mais 2,35 milhões extra para infraestruturas decididas a nível local.

O total da despesa que será agora decidida localmente é de 1,3 biliões (\$50 mn).

O CFMP mostra que este ano foram criados dois novos distritos (aparentemente sem aprovação da AR) – a Ilha de Moçambique e Nacala-Porto – tendo cada um recebido 7,6 milhões de Meticais cada um. Estas foram as duas primeiras cidades a serem controladas pela Renamo que tiveram um administrador nomeado para além da administração eleita. Para o próximo ano, o CFMP acrescenta outro distrito, a Maxixe. Este é controlado pela Frelimo mas tem a particularidade de o município abranger todo o distrito.

Entretanto, ao preparar a revisão semestral, o governo anunciou subitamente que a *política* de descentralização há muito anunciada não seria produzida, porque “a política está consagrada na

Constituição da República”. Em vez disso, o governo propõe elaborar uma *estratégia* nacional de descentralização e começa agora a definir os termos de referência para um consultor antes de começar a elaborar a estratégia. Os doadores ficaram descontentes e pediram mais clareza nas intenções do governo.

## Ministérios movendo dinheiro para distritos

Sectores de estradas, água, agricultura, educação e saúde estão a descentralizar o controlo sobre alguns gastos para as províncias e distritos. Mas apesar da forte pressão por parte do Presidente Armando Guebuza e do Conselho de Ministros em favor da descentralização, o processo está a enfrentar grandes obstáculos políticos e práticos.

Num documento divulgado no Agosto, o MAE, Ministério da Administração Estatal, chama a atenção em particular para os receios de que a descentralização dos fundos destinados a certas actividades, mudando o centro de decisão para os Governos locais estes podem definir prioridades diferentes das que foram definidas pelos sectores a nível central, levando a desvios de aplicação dos fundos e comprometendo os objectivos definidos centralmente.

Há também obstáculos práticos, incluindo a falta de bancos locais, falta de pessoal local com capacidade de controlar orçamentos maiores, e o facto de que o sistema contabilístico governamental, o SISTAFF, ainda não foi alargado aos distritos.

O MAE propõe assim que os poderes locais sejam severamente restringidos. Primeiro, o MAE propõe que, para garantir o cumprimento dos programas e metas definidas centralmente, sejam assinados contratos-programa entre estes e o governo central, que obriguem os governos locais a cumprir as metas definidas. Segundo, o dinheiro deve ir do Ministério das Finanças para os governos

### **Ninguém sabia que havia dinheiro disponível**

Foi disponibilizado no princípio deste ano dinheiro da Agricultura para províncias e distritos, mas ninguém informou os distritos que esse dinheiro estava à espera nas Direcções Provinciais de Plano e Finanças, reconhece o MAE.

provinciais e não dos Ministérios, como o da Saúde, para as suas direcções provinciais.

Pretende-se que a partir do próximo ano, os distritos devem controlar as aquisições locais de bens e serviços e, a partir de 2010, o pagamento dos salários locais. A partir do próximo ano, as províncias comprarão os seus meios de transporte e outro equipamento.

Os fundos de estradas no orçamento do estado, mas não os projectos financiados internacionalmente, serão transferidos para as províncias, sobretudo para satisfazer um plano anual determinado a nível provincial. Os distritos receberão também algum dinheiro de estradas para ser gasto num plano aprovado pelo conselho

consultivo distrital – CDD, que deverá também monitorar a execução.

Em relação à água, a manutenção de poços e furos bem como formação passam para o distrito que deve ter 25% dos fundos da Água Rural. Mais uma vez, os planos anuais devem ter o acordo do CCD. A abertura de poços com fundos nacionais será descentralizado para as províncias, mas os projectos financiados por doadores continuarão a ser administrados centralmente.

Na agricultura, como parte do Proagri II, 60% dos fundos serão geridos ao nível provincial e distrital, e 40% ao nível nacional.

A saúde e educação vão transferir mais construção para o nível local.

## Reforço para municípios

Um ano antes das terceiras eleições municipais, e depois de um período em que o foco têm sido os distritos, a atenção volta-se agora de novo para os municípios. De um modo geral espera-se que o governo proponha à Assembleia da República a criação de mais municípios. Está prometido um pequeno aumento dos fundos municipais. E no ano passado foi finalmente aprovado um decreto estabelecendo os procedimentos para passar os cuidados de saúde e educação primários para as municipalidades.

### Uma avaliação

## Melhores serviços e ligações mais alargadas na maioria dos municípios

Rosita Alberta e Telma Mahiquene

Nos municípios de maior sucesso estão a acontecer melhorias nos serviços, ligações concretas com a comunidade e sua participação no desenvolvimento económico, passadas quase duas décadas desde a sua criação. Persistem problemas, incluindo escassez de fundos e algumas tensões com o governo central. Mas o que é mais notável numa maioria de municípios, são os esforços bem sucedidos para ultrapassar estes problemas.

As 33 municipalidades, que cobrem cerca de um quarto da população moçambicana, elegeram assembleias e presidentes e têm um alto grau de autonomia. Todavia, situam-se em províncias e distritos cuja administração ainda é nomeada pelo governo central.

Apesar do compromisso de transferir mais responsabilidades para os municípios, muitas funções chave dentro dos limites da municipalidade – incluindo educação, saúde, água e estradas – estão nas mãos do governo central e portanto do governador e administrador do distrito.

Há uma evidente dependência recíproca. Os eleitores esperam que os seus dirigentes municipais providenciem mais escolas, embora isto seja uma função do governo central. Entretanto, as administrações sabem que as áreas chave do seu distrito, como os mercados e principais infraestruturas económicas, estão nos municípios.

Em alguns municípios como Chòkwé, Manica, Mocuba e Monapo, esta interdependência é bem interpretada e o plano anual passou a ser feito em conjunto. No Monapo, por exemplo, os planos para

um novo bairro foram elaborados conjuntamente como parte da expansão da cidade, e o mesmo aconteceu para uma plantação de jatropa (uma semente oleaginosa para biodiesel). Houve pressão dos residentes para uma nova escola secundária que foi planeada em conjunto e que já está construída.

Nem todos os municípios tiveram o mesmo sucesso. Continuam as invejas e lutas pelo poder. Algumas municipalidades e distritos fazem planos sem se consultarem mutuamente – por exemplo um distrito subitamente informa o município acerca de obras nas estradas – ou o distrito falha no cumprimento da sua parte no acordo, como num município que abriu uma zona de expansão e o distrito prometeu construir a escola primária, mas até agora não a construiu.

Mas em outros sítios tem havido uma real parceria. Em Mocuba, por exemplo, a municipalidade precisava de um novo furo de água mas não tinha os recursos, assim o distrito organizou o projecto, dentro da área municipal. Vários municípios estão a cooperar com os distritos na

reparação de estradas, tentando evitar que se cresçam buracos maiores nas ruas principais da cidade que, tecnicamente, são responsabilidade do distrito.

Cada município é diferente e tem respondido aos problemas localmente. Alguns conseguiram estabelecer ligações fortes com as comunidades – têm foros que reúnem grupos da comunidade e funcionários municipais. Noutros, as comissões da assembleia estão a estabelecer laços com ONGs locais, por exemplo em áreas como a saúde ou cuidados a órfãos. Muitas vezes, o vereador dessa área também está envolvido.

Manjacaze tinha um problema de criminalidade e um grupo comunitário juntou-se à polícia (que depende do distrito) e a uma das comissões da assembleia municipal. Trabalhando juntos, foi possível identificar um grupo de bandidos e prendê-los em Maio.

Em Monapo havia uma fonte usada para abastecimento de água, mas estava constantemente suja por ser usada por grande número de pessoas e animais. A comunidade apelou ao município. Conseguiram ajuda de uma ONG para comprar uma bomba e um filtro que foram instalados pelo município, e que são agora geridos por um comité comunitário da água. Este organiza horas, bichas, etc. e faz as reparações.

A lei concede aos municípios poderes substanciais de desenvolvimento. Só alguns têm usado estes poderes, mas o número tem aumentado. Na Maxixe, por exemplo, escolas e postos de saúde são construídos por empreiteiros locais em vez de serem postos a concurso a nível provincial ou nacional. As pessoas agora apontam a escola com orgulho e dizem que “foi construída pelos nossos filhos”.

Em Chòkwé, um grupo de mulheres membros da assembleia municipal começou a trabalhar com uma associação local de mulheres camponesas, produtoras e comerciantes, para desenvolver a produção e comércio – com o objectivo de criar rendimentos e baixar os preços no Chòkwé. Foram criados espaços para a associação dos vendedores de carvão e pequenas bancas para vendedores de tomate e outros vegetais. Quando é preciso, a municipalidade oferece alguns materiais para ajudar a associação a estabelecer-se.

Em alguns municípios como Maxixe e Dondo, há verdadeiro orgulho municipal e um envolvimento comunitário substancial.

## **Mais dinheiro de Maputo**

O dinheiro do governo central cobre cerca de metade do orçamento municipal e os municípios só receberam 0,7% do orçamento municipal em 2007, de acordo com o Cenário Fiscal de Médio Prazo 2008-2010 – CFMP do governo – sómente 18 milhões de US dólares foram para os 33 municípios que albergam um quarto da população. Está

previsto um aumento em 2009 de 1%, 34 milhões de US Dólares (866 milhões de MTs). Desta transferência, cerca de 60% destinam-se a despesas correntes e 40% são para investimento.

A despesa por pessoa em 2007 foi de facto mais alta nos distritos que nos municípios, mas em 2009 poderia ser quase igual, de acordo com o CFMP.

## **Municípios podem gerir escolas primárias**

Os municípios podem tomar conta da administração de escolas e unidades de cuidados de saúde primárias, ao abrigo de um decreto (33/2006) que passou quase despercebido quando saiu no ano passado.

Na lei que estabelece os municípios eleitos (7/97) houve sempre a intenção de que estes, gradualmente, deviam tomar conta de funções do governo central, incluindo educação básica e cuidados primários de saúde, quando estivessem capazes de o fazer. Mas a regulamentação que o permitia nunca foi publicada.

Este decreto estabelece um sistema para transferir funções e fornece mesmo o formulário que os municípios devem usar para o requerer a transferência ao governador da Província, que dirige depois o requerimento para o ministério relevante. Quando as funções são transferidas, são igualmente transferidos o orçamento, o pessoal e os edifícios, de acordo com o decreto.

São especificamente citadas no decreto a educação e cuidados de saúde primários como as áreas que podem ser passadas para o controlo local.

Em 2003, foi dada aos municípios a responsabilidade da manutenção das ruas e estradas locais, e também lhes foi dado o direito de negociar com a Administração Nacional de Estradas, ANE, a partilha da responsabilidade pelas estradas principais dentro do município. Junto com isto, espera-se que os municípios recebam 10% do fundo de estradas proveniente das taxas de combustível.

## **Pressão sobre cidades da Renamo**

Continua o clima de tensão entre o governo central e os quarto municípios controlados pela Renamo. Numa entrevista ao *Magazine Independente* a 19 de Setembro, o presidente de Nacala, Manuel José dos Santos, acusou o governo da Frelimo de tentar “desestabilizar” o trabalho do governo municipal da Renamo. Manuel dos Santos tem conquistado elogios como presidente, mas acusa o governo de reter fundos para travar obras importantes especialmente para evitar mais erosão.